

CCJ analisa capital externo na saúde

A Comissão de Justiça do Senado aprecia na quarta-feira proposta de emenda constitucional que abre a assistência à saúde à participação de empresas ou capitais estrangeiros. **Página 5**



Jefferson pede um "debate franco", Melo quer fiscalização sobre o Orçamento e Lúdio diz que oposição muda o país se abdicar do radicalismo

Jefferson, Melo e Lúdio cobram propostas concretas da oposição

Senadores elogiam posição da CUT e do PT em favor de um clima de ordem e respeito à lei nas manifestações populares e garantem que o país precisa de uma oposição organizada e consistente

CAE aprecia contrato de R\$ 11,8 bi

Contrato de refinanciamento de dívida entre Minas Gerais e a União, no valor de R\$ 11,8 bilhões, é um dos itens que devem ser examinados pela CAE amanhã. **Página 5**



Em uma semana movimentada, o plenário debate em segundo turno o serviço civil obrigatório

Plenário começa a discutir mudanças na imunidade

Aprovadas pela Comissão de Justiça do Senado, as mudanças na imunidade parlamentar começarão a ser discutidas pelo plenário na sessão de amanhã. O substitutivo do senador José Fogaça a propostas de

emendas constitucionais sobre o assunto autoriza o Supremo Tribunal Federal a processar o parlamentar acusado de crime, caso a Câmara ou o Senado não se manifeste sobre o pedido. **Página 5**

O senador Jefferson Péres propôs sexta-feira, no plenário do Senado, "um debate franco e civilizado com a oposição" sobre propostas de governo viáveis. Já os senadores Geraldo Melo e Lúdio Coelho elogiaram a postura da CUT e do PT contra a desordem e a favor do respeito à lei nas manifestações de rua. Ambos destacaram a importância de uma "oposição organizada" e, a exemplo de Jefferson Péres, cobraram propostas concretas para o país. Melo e Jefferson vêem espaço para a oposição também em um trabalho de fiscalização da execução do Orçamento da União, conforme sugestão do economista Edmar Bacha. **Páginas 3 e 4**

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (26.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno da PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; segundo dia de discussão do segundo turno da PEC nº 32/96, que dispõe sobre o serviço civil obrigatório; primeiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar; dependência de parecer da CCJ o PLC nº 74/97, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos; "Projeto de Resolução nº 40/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de refinanciamento de dívida mobiliária e contratual do estado, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo de Mato Grosso, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados"; "Projeto de Resolução nº 41/98, que autoriza Mato Grosso a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF, seus débitos junto às instituições financeiras no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 286.869.520,00"; "Projeto de Resolução nº 45/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos celebrado entre a União, o estado de Mato Grosso e o Banco do Estado de Mato Grosso S/A - Bemal, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e "Projeto de Resolução nº 46/98, que autoriza o Estado de Santa Catarina a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF, seus débitos junto às instituições financeiras no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 107.824.192,68

Quarta-feira (27.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão do segundo turno da PEC nº 28/96, que inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia; terceiro e último dia de discussão do segundo turno da PEC nº 32/96, que dispõe sobre serviço civil obrigatório; segundo dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar; "PLS nº 195/95, que concede anistia de multas cometidas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial"; "Requerimento nº 268/98, do senador Djalma Falcão, solicitando a constituição de uma Comissão Externa do Senado, composta de nove membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de noventa dias, promover uma verificação in loco dos efeitos produzidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil"; "Requerimento nº 297/98, do senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma comissão especial, composta de cinco membros, para no prazo de trinta dias, inspecionar in loco, a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho, nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia"; "Requerimento nº 323/98, do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão senatorial temporária para acompanhar as ações emergenciais nas áreas atingidas pela seca no Nordeste"; "Mensagem nº 121/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Stélio Marcos Amarante, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Bolívia"; "Mensagem nº 128/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Ricardo Carvalho do Nascimento Borges, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Senegal; e "Mensagem nº 131/98, submetendo à deliberação do Senado o nome de Joaquim Augusto Whitaker Salles, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Quênia

Quinta-feira (28.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, que dispõem sobre a imunidade parlamentar "PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habita-

ção dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o Brasil e o governo da República Popular de Angola; "PDL nº 10/98, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo; "PDL nº 16/98, que aprova o texto modificativo ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento; "Requerimento nº 276/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando que o Projeto de Resolução nº 161/97, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em Comissão de Assuntos Regionais, Infra-Estrutura e Meio Ambiente, seja encaminhado à comissão especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno; e "Requerimento nº 287/98, do senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 7 e 8, de 1998; com as de nºs 15, 45, 49 e 51, de 1996, por versarem sobre idade de imputabilidade penal

COMISSÕES

Terça-feira (26.05.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "OFS nº 32/98, solicitação do governo de Minas Gerais referente ao contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados, no valor de R\$ 11.827.540.208,92; "MSF nº 153/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Mécio Feisky para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, do Ministério da Justiça; "MSF nº 155/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Marcelo Procópio Callian para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, do Ministério da Justiça; e "MSF nº 158/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Gasner José de Oliveira para exercer o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, do Ministério da Justiça. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Mista de Orçamentos Públicos e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Pauta: Receberá em reunião conjunta, delegação da Comissão de Orçamento, Finanças, Bancos e Tributação da Duma da Rússia. Plenário nº 2 - Anexo II da Câmara dos Deputados

Quarta-feira (27.05.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: "Mensagem nº 148/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Carlos Alberto Reis de Paula, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, com sede em Belo Horizonte - MG, para compor o Tribunal Superior do Trabalho; e "Mensagem nº 156/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Gelson de Azevedo, juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre - RS, para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição Federal; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento miera - factoring; "PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Terça-feira (26.05.98)

18h30 - Mostra de Filmes Brasileiros em Curta-Metragem

Filme: *Depois do Escuro*, de Dirceu Lustosa. Auditório Patrônio Portella

Quarta-feira (27.05.98)

Cultura ao Melo-Dia
Filme: *O Valho*, de Toni Venturi. Auditório Patrônio Portella



Projeto de José Ignácio introduz aperfeiçoamento no novo código

José Ignácio quer corrigir falha no Código de Trânsito

Com o objetivo de corrigir o que ele considerou uma falha do Código de Trânsito Brasileiro, o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou projeto estabelecendo que a suspensão do direito de dirigir será aplicada quando o infrator atingir, no período de 12 meses, a contagem de vinte pontos. A matéria foi enviada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em caráter terminativo.

José Ignácio esclareceu que, em sua longa tramitação no Congresso Nacional, o novo Código de Trânsito Brasileiro sofreu inúmeras emendas e alterações, criando lacunas que afetam a clareza do texto e prejudicam a correta aplicação da lei. Exemplo típico, entende o senador, é o veto ao parágrafo relativo ao período de tempo durante o qual a prática de infrações justificará a suspensão do direito de dirigir.

A eliminação do referido parágrafo faz com que a suspensão do direito de dirigir atinja, indistintamente, motoristas que cometam determinado número de faltas ao longo de toda sua vida ou no período de apenas um ano, observou José Ignácio.

— Na prática, significa que qualquer pessoa, mesmo um motorista exemplar, acabará um dia por ter seu direito de dirigir suspenso, já que o cometimento de sete faltas leves (usar luz alta em vias iluminadas, usar buzina entre as 22 e as 6 horas, estacionar a mais de 50 cm do meio fio, por exemplo) ultrapassa o limite de vinte pontos previstos na lei.

O objetivo da proposta, justificou o senador, é corrigir uma incoerência da lei. Ele observou que, com a aprovação do projeto, "poderemos restabelecer o prazo para a contagem dos pontos que determinam a aplicação da penalidade de suspensão da carteira, assim como o início de nova contagem após o cumprimento da pena".

O Conselho Nacional de Trânsito fixou, esta semana, via resolução, o prazo de 12 meses para a suspensão da carteira para quem cometer infrações que totalizem 20 pontos. A iniciativa do senador, entretanto, além de tratar-se de lei ordinária, com mais força que a resolução, estabelece essas exigências por meio de modificação no próprio código.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucílio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalma Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jana Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Exploração "demagógica" dos problemas do país, na avaliação do senador, pode alarmar eleitores dispostos a encarar oposição como uma alternativa de poder, levando-os a votar no governo

Jefferson convida oposição a debater propostas

Ao afirmar que gostaria de iniciar um diálogo com a oposição, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) propôs sexta-feira "um debate franco e civilizado em torno do que pode e deve ser feito neste momento". O Congresso Nacional seria o fórum ideal para o debate de propostas de governo, acrescentou, porque o órgão democrático "não pode ser paranoico, senão estará se abastardando".

Para o senador, é legítimo que os partidos de oposição, fora do Legislativo, atribuam ao governo a culpa pelos enormes problemas de ordem econômica e social que afligem o país. A seu ver, eles estariam de-



Jefferson: debate franco

monstrando incompetência se não recorressem a esse discurso para obter apoio popular.

Mas no Parlamento, acrescentou, "a oposição deve dizer o que fará se conquistar o poder".

Culpar o governo por tudo e não apontar alternativas seria, na opinião de Jefferson Péres, um comportamento irresponsável, além de pouco inteligente.

Segundo disse, a "exploração demagógica dos problemas do país pode levar a uma dupla leitura por parte da sociedade: esta pode até ver na oposição uma alternativa de poder, mas também pode se alarmar e votar no governo".

O senador advertiu que, mesmo que a oposição tire dividendos eleitorais de um agravamento da situação do país e ganhe as eleições, "o candidato pode assumir o governo em pleno caos", o que implicará sérios problemas de governabilidade.

Receita de petista é inviável, diz senador

Iniciando o debate com a oposição, Jefferson Péres afirmou que nenhum problema será resolvido sem superar o enorme desequilíbrio macroeconômico do país, em que os déficits fiscal e das contas correntes deságuam "em juros obrigatoriamente elevados" e seus efeitos: redução do ritmo de crescimento econômico, geração de desemprego e aumento da instabilidade social.

O senador citou declarações do principal assessor econômico de Lula, Guido Mantega, de que esse quadro poderia ser revertido com redução das taxas de juros e aceleração da desvalorização

cambial. "Aí o economista me assusta, pois isso levaria o país ao desastre", disse ele.

Para o senador, a combinação proposta por Mantega "é incompatível", pois os juros só estão sendo reduzidos lentamente porque a desvalorização cambial não é acelerada: "Impressiona-me que um economista com doutorado possa fazer uma pregação tão inviável. Se esse é o programa de Lula, entre sua eleição e a posse haveria o caos, com fuga de capitais".

Jefferson Péres também comentou proposta do economista Edmar Bacha, segundo o qual o controle do déficit público deveria ser feito com metas fiscais explícitas para cada mi-

nistério, cuja verificação do cumprimento seria realizada por uma comissão de parlamentares, governistas e da oposição. Na opinião do senador, mesmo que a proposta implique "um parlamentarismo de fato", o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, deveria estudá-la.

Em aparte, Lúdio Coelho (PSDB-MS) concordou com Jefferson e afirmou que as recomendações de violência, feitas por líderes de sem-terra, são benéficas para Fernando Henrique Cardoso. No entanto, "há propostas concretas da oposição, que seriam altamente positivas ao nosso país", completou.

Lúdio faz sugestões ao PT para mudar rumo das eleições

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse sexta-feira que, se não pregar a violência, abdicar do radicalismo e conseguir encarnar as insatisfações da sociedade, o PT, além de influenciar no resultado das eleições, "poderá até mudar um pouco o rumo político do país".

—Sou do PSDB, mas penso que o país precisa de uma oposição mais consistente e organizada — acrescentou.

Lúdio declarou-se satis-

feito com notícias de que lideranças da CUT e do PT teriam firmado a posição "de que as manifestações feitas por classes insatisfeitas devem ocorrer num clima de ordem e de respeito à lei". Isso, a seu ver, é motivo de tranquilidade.

Ele afirmou ter acompanhado, do Congresso, a manifestação contra o desemprego que resultou em confronto com a polícia na frente do Legislativo. Na sua opinião, a



Lúdio cobra "consistência"

área de segurança portou-se dentro da lei e da ordem, com respeito aos cidadãos, mas sem permitir infração à lei.



Para Melo, Brasil precisa de oposição organizada

Posição contra a desordem enche Melo de esperança

Ao comentar o tumulto ocorrido quarta-feira passada durante manifestação em frente ao Congresso — organizada pelos partidos de oposição, que, no entanto, condenaram excessos de manifestantes —, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) conclamou a oposição a trazer suas propostas alternativas de governo para serem debatidas dentro do Congresso. "Ao ver líderes oposicionistas desautorizando a desordem, eu me encho de esperança", disse.

—O Brasil precisa de oposição organizada, não de um exército de cidadãos irados que não querem pensar nem apresentar propostas, preferindo atacar caminhões de alimentos para flagelados da seca, quebrar vidros e invadir prédios, pensando criar uma situação em que o governo perca o controle da ordem pública e eles possam se beneficiar eleitoralmente — destacou.

Depois de afirmar que "não se trata de desordem, mas de mostrar competência", o senador disse que o Brasil tem problemas sérios como balança comercial, atendimento à saúde, seca no Nordeste. "Quais são as propostas da oposição para essa problemática?", perguntou, dizendo que, em alguns casos,

o governo está repetindo fórmulas de 40 anos atrás, quando devia estar procurando soluções criativas. Enquanto isso, acrescentou, a oposição se limita a votar não.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) reiterou que o Brasil precisa de idéias novas. "Edmar Bacha, por exemplo, propõe que seja criada uma comissão mista Executivo-Legislativo para acompanhar as despesas de cada ministério, observando o disposto no Orçamento. Nesse particular, a oposição poderia ter um papel fiscalizador de destaque, acabando com os abusos das empenheiras que cobram mais caro, porque custam a receber seu pagamento", acrescentou.

Ao finalizar, Melo afirmou que esse tipo de proposta não configura um parlamentarismo disfarçado. "O povo brasileiro já opinou duas vezes, nas décadas de 60 e 90, a favor do presidencialismo. Isso é assunto ultrapassado. O que precisamos obter é uma modernização do presidencialismo, em que a responsabilidade de governar possa ser compartilhada entre Executivo e Parlamento. É assim no Estado paradigmático do sistema presidencial, os Estados Unidos da América".

Para senador, o caráter autorizativo da proposta orçamentária, inventado no Brasil e inexistente em qualquer outro país, dá mais poder ao ministro do Planejamento, que pode cortar despesas, do que ao Legislativo

Melo quer orçamento real para modernizar o Estado

"Somente com um orçamento compulsório poderemos obter um presidencialismo moderno", afirmou sexta-feira o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), enfatizando que essa "falácia de orçamento autorizativo" é uma invenção brasileira que não existe em nenhum outro país. "As despesas previstas no Orçamento precisam ser realizadas, a não ser que as estimativas de receita se provem erradas", destacou.

Para Melo, quando a proposta de orçamento chegasse ao Congresso, precisaria ser discutida com responsabilidade, com profissionalismo, para que as diretrizes e prioridades de

governo ficassem definidas de comum acordo entre Executivo e Legislativo. "Isso não é feito, nem temos garantia de que o aprovado no Congresso terá força para resistir à caneta do ministro do Planejamento, mais poderosa do que o Legislativo. Ela corta despesas, ou melhor, não as cumpre, alegando que não são obrigatórias, porque o Orçamento é autorizativo", disse ele.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) declarou ser o Orçamento a essência do ato de governar: "Estimar as receitas advindas dos tributos que o governo cobra, definindo em que prioridades deverão ser



Geraldo Melo

gastas, essa é a função mais fundamental do governo. No tempo da inflação, o Orçamento era uma ficção. Com a estabilidade monetária virou realidade, mas

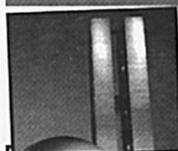
seu caráter autorizativo dá poderes demais ao Executivo".

Jefferson comentou ser uma ironia estarem três senadores tucanos — Melo, Lúdio Coelho (MS) e ele mesmo — criticando juntos o governo de seu partido. "Seria bom saber o que os senadores opositores pensam. Que proposta teriam para modificar o Orçamento?", perguntou.

Segundo Geraldo Melo, partindo do Orçamento é que será possível modernizar o Estado brasileiro e sedimentar a democracia. "Não me venham dizer que isso é coisa do parlamentarismo. Nos Estados Unidos, onde o presidencialismo é forte,

o Congresso é soberano. O Executivo nem dispõe de iniciativa legislativa. O presidente da República precisa sensibilizar lideranças partidárias para que apresentem propostas de seu interesse, e elas o fazem se quiserem", ponderou.

Em relação ao Orçamento, o poder do Congresso norte-americano dá manchetes nos jornais do mundo inteiro, cada vez que surge um impasse com o Executivo. Os congressistas podem parar o governo e o fazer, por vezes, comentou o senador: "O presidencialismo norte-americano é forte porque existe um equilíbrio, de fato, entre os três Poderes", concluiu.



CONHEÇA
O SENADO

A participação do Congresso no movimento de 64

A partir do retorno do presidencialismo, o presidente João Goulart tenta implantar as chamadas "reformas de base", consideradas por ele extremamente importantes para resolver os problemas do país. Mas, para os opositores do governo, as mudanças propostas são de inspiração comunista.

Apenas duas reformas são efetivamente discutidas pelo Senado: a reforma agrária, cujas principais propostas são derrotadas no Parlamento, e o projeto regulamentando o capital estrangeiro e a remessa de lucros, que é aprovado pelo Congresso, mas não sancionado por Jango, entrando em vigor por decurso de prazo.

Em 13 de março de 1964, realiza-se o grande comício em prol das reformas, ao qual comparecem cem mil pessoas, na sua maioria trabalhadores. A participação de Jango no comício e o conteúdo de seu discurso acir-



ram o clima de tensão política existente desde sua posse. "Efetivos militares junto ao Congresso, que declarou vaga a Presidência, concretizando a queda de Jango

Legislativo e o Executivo. No final do manifesto, faz um apelo às Forças Armadas e a todos que desejam a liberdade, para que se mobilizem visando ao restabelecimento da ordem constitucional e à defesa da democracia brasileira.

Dois dias depois, durante solenidade de abertura do Congresso Nacional, o presidente da Casa, Moura Andrade, declara que as relações entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo estão deterioradas e prestes a um rompimento político. No dia 19 de março, o senador participa e discursa na

"Marcha da Família com Deus e pela Liberdade", realizada em São Paulo por entidades contrárias ao governo Goulart.

No dia 30, após solenidade em homenagem a Jango organizada pelos sargentos na sede do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, o presidente do Congresso lança um manifesto à nação, no qual declara o rompimento entre o

Legislativo e o Executivo. No final do manifesto, faz um apelo às Forças Armadas e a todos que desejam a liberdade, para que se mobilizem visando ao restabelecimento da ordem constitucional e à defesa da democracia brasileira.

No dia seguinte, começa o movimento político-militar contra Jango, consolidado em 2 de abril, quando Moura Andrade

convoca o Congresso e declara vaga a Presidência da República, apesar de João Goulart ainda estar no Rio Grande do Sul. Em seguida, o presidente do Senado rumo ao Palácio do Planalto e empossa no cargo o deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara e imediatamente na linha de sucessão.

A ação do presidente do Senado tem o apoio da maioria dos membros do Poder Legislativo. A crença é a de que se está salvando a democracia.

Mas, embora articulado por civis, o movimento é executado por militares, que logo assumem seu comando. A classe política é a primeira a ser atingida pelas medidas de exceção. O Ato Institucional nº 1 transforma o Legislativo em um Poder tolerado, consentido, desde que bem comportado e expurgado dos membros considerados perigosos, inadequados ou inconvenientes ao sistema.

Substitutivo do senador José Fogaça chega ao plenário, tendo como principal novidade a permissão para que o STF processe parlamentar se Casa do Congresso não se manifestar em 120 dias

Imunidade entra em discussão amanhã

CAE escolhe cinco novos membros do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne amanhã, às 10h, para deliberar, em votação secreta, sobre a escolha de cinco integrantes para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do Ministério da Justiça. Sob a relatoria do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), será submetido a votação o nome de Gesner José de Oliveira para exercer o cargo de presidente do Cade. Para os cargos de conselheiros, serão examinados os seguintes nomes: Ruy Afonso de Santacruz Lima, Procópio Calliari, Lúcia Helena Salgado e Silva e Mércio Felsky.

A pauta da CAE tem sete itens, e estará também sujeita a deliberação uma solicitação do governo de Minas Gerais referente a contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 11,8 bilhões. O parecer do senador Vilson Kleinübing é favorável. Também com parecer favorável de Kleinübing, será examinada solicitação a respeito de contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações, sob condição, firmado entre a União, Minas Gerais, o Banco do Estado de Minas Gerais, o Banco de Desenvolvimento do Estado e a Caixa Econômica Estadual (Minascaixa), no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

As mudanças na imunidade de deputados e senadores, contidas em substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) e já aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), começarão a ser discutidas pelo plenário na sessão de amanhã. A proposta autoriza o Supremo Tribunal Federal (STF) a processar o parlamentar acusado de algum crime (exceto os de opinião) caso a Câmara ou o Senado não se manifeste sobre o pedido no prazo de 120 dias.

Fogaça elaborou o substitutivo englobando as sete propostas de alteração constitucional apresentadas nos últimos meses pelos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Carlos Wilson (PSDB-PE), José Serra (PSDB-SP), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Odacir Soares (PTB-RO). O substitutivo será discutido por cinco dias e, se receber emendas, voltará à CCJ, para nova análise da comissão.

SERVIÇO CIVIL

Também na sessão de amanhã, o plenário discutirá, pelo segundo dia, em segundo turno, a emenda constitucional que cria o serviço civil obrigatório destinado a jovens isentos ou dispensados do serviço militar.

O projeto, de autoria do se-



Serviço civil obrigatório e moradia como direito constitucional estão na pauta de votação da semana

nador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi aprovado em primeiro turno no dia 13.

A emenda prevê que uma lei detalhará o assunto, e as mulheres e religiosos também poderão ser convocados para o serviço civil obrigatório, o qual será prestado em hospitais, escolas, entidades de assistência a desamparados, prefeituras, ou na execução de projetos de interesse da coletividade.

Na quarta, o serviço civil obrigatório será discutido pelo terceiro e último dia, em segundo turno, podendo ser votado a qualquer momento, caso não

receba emendas de plenário.

MORADIA

Também estará em discussão, em segundo turno, a partir de amanhã, a proposta de mudança constitucional do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que inclui a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros.

O projeto será discutido pelo terceiro e último dia, pelo plenário, nesta quarta. Será debatido amanhã o projeto de lei da Câmara que determina a substituição, no prazo de cinco anos, da frota oficial de veículos por automóveis mo-

vidos a combustíveis renováveis, como o álcool.

Na quarta-feira, deverá ser votado projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que concede anistia aos sindicatos multados em até R\$ 100 mil por dia, durante a greve dos petroleiros de abril a maio de 1995.

Durante esta semana, o plenário do Senado analisará ainda outras dez matérias, entre elas pedidos de estados para contratação de financiamento e nomes de novos embaixadores brasileiros no exterior.

CCJ decide se permite capital estrangeiro na assistência à saúde



CCJ reúne-se na quarta e também discute projeto sobre fomento mercantil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se na quarta-feira, às 10h, para deliberar, entre outros itens, sobre a proposta de emenda constitucional que suprime o dispositivo que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil. Será também submetido a deliberação o projeto de lei que dispõe sobre as

operações de fomento mercantil (*factoring*).

Consta da pauta o projeto de lei do Senado que estabelece a revisão obrigatória da declaração de Imposto de Renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo da administração pública.

Os senadores deverão também deliberar sobre os projetos que dispõem a respeito das sociedades cooperativas e sobre a discriminação praticada contra servidores.

Sugestões de projetos de lei e de mudança na utilização de recursos públicos, manifestações de apoio a parlamentares e problemas de todos os tipos chegam diariamente ao Senado pelo serviço 0800 - "Voz do Cidadão"

Um canal aberto à participação popular

Propostas de leis sobre temas variados e pedidos de interferência dos senadores para a resolução de problemas de todo tipo são registrados com frequência pelo serviço 0800 - "Voz do Cidadão", que pretende ser um canal de comunicação permanente entre o povo e seus representantes no Senado.

Wladimir Paiva da Silva, de Maringá (PR), por exemplo, sugeriu ao Senado a elaboração de uma lei que regulamente a ação de imobiliárias e empresas que fazem loteamentos ou financiamentos de imóveis, "pois elas se aproveitam da empolgação do cidadão em adquirir a casa própria e fazem contratos

exorbitantes, fora da realidade de mercado".

Já Marcel Braun, de Aldeia Bragança (PA), propôs ao senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) que apresente um projeto de lei exigindo do Executivo o encaminhamento, a todas as câmaras municipais e assembleias legisla-

Regras mais rígidas para loteamentos e para financiamento de imóveis estão entre as idéias propostas pelos eleitores

tivas, das leis que forem sancionadas pelo presidente da República. De Curitiba (PR), Leonídio Bonfim sugeriu que as verbas destinadas ao pagamento dos juizes classistas sejam revertidas para a edu-

cação.

Paulo H. de Brito, de Ribeirão Preto (SP), propôs a divulgação do orçamento de todas as obras financiadas com o dinheiro público, e Danilo de Souza Santos, de Belo Horizonte (MG), apresentou a idéia de um debate sobre a reforma do Judiciário.

Já a eleitora Zerise Zeiban, de Brasília (DF), sugeriu ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que se candidate à Presidência da República, enquanto Edison Fortes Marcondes, de Campinas (SP), declarou que admira a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e disse que gostaria de votar na senadora nas próximas eleições presidenciais.

Serviço é fonte freqüente de pedidos aos senadores

Além de sugestões, vários pedidos são levados aos senadores pelo "Voz do Cidadão". Muitos deles não têm condições de ser atendidos, porque fogem à esfera de competência do parlamentar. Manoel Ambrósio, de São Paulo (SP), por exemplo, solicitou "providências quanto ao estado de calamidade em que vive São Paulo". Por sua vez, Edson Alves Martins pediu ao senador Beni Veras (PSDB-CE) que transfira a verba destinada à construção do gasoduto que ligará o Brasil à Bolívia para a construção de uma adutora que irrigue os açudes do Nordeste.

Maria Regina Piffer, de São

Paulo, pediu a diversos senadores que não permitissem o aumento de mensalidade dos planos de saúde de acordo com a faixa etária e nem a exclusão de doenças pré-existentes. José Eugênio Côrtes Figueira, de Minas Gerais, solicitou a interferência dos senadores junto ao governo federal em favor da sobrevivência das universidades federais.

Do Rio de Janeiro (RJ), Duílio Stefano pediu ao senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que interceda junto aos órgãos competentes para erradicar uma favela que começa a formar-se numa encosta ao lado do Hospital São Lucas, em Copacabana.



0800 - 612211

FALA, CIDADÃO

Nesta seção, o Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para 0800-61-2211. A ligação é gratuita

Ensino obrigatório de informática divide opiniões

Davi Cabral, de Goiânia, quer informações sobre o projeto que torna obrigatório o ensino de informática nas escolas de 2º e 3º graus. O projeto, da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), está sendo relatado na Comissão de Educação pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Benedita da Silva: Nós estamos na era da modernidade, e ela exige que nos tornemos cada vez mais capacitados. Para adequar os brasileiros aos novos tempos, apresentei um projeto que prevê o ensino de informática tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. O objetivo é melhorar a qualidade do ensino, dando aos alunos condições de ter



Benedita: modernização acesso ao computador. De outra forma, eles teriam dificuldades de competir no mercado de trabalho.

Meu projeto não obriga as escolas particulares a incluírem o ensino de informática em seus currículos. A proposta é começar pela escola pública,

equipando a rede oficial de ensino. Quanto às escolas particulares, acredito que elas também vão querer adequar-se à modernidade, adotando o ensino da informática.

A inclusão da nova matéria nos currículos não terá reflexos nas mensalidades escolares. Algumas escolas comunitárias já começam a oferecer essa disciplina, utilizando computadores superados, mas em perfeitas condições de uso, especialmente por iniciantes. O rápido surgimento de novas tecnologias gera uma ampla rotatividade no campo da informática, permitindo que as escolas, tanto públicas quanto particulares, adquiram computadores por um baixo custo.

Também é importante esclarecer que meu projeto prevê



Nabor: aumento das mensalidades um prazo de dois anos para que as escolas públicas com mais de cem alunos se adequem à nova lei, preparando professores e adquirindo os equipamentos necessários.

Nabor Júnior: Acho que o ensino de informática nas escolas particulares deve ser fa-

cultativo. Isso porque a obrigatoriedade da adoção da nova disciplina poderia se refletir no aumento das mensalidades escolares, que já são bem elevadas no país.

Na minha opinião, a escola que quiser introduzir o curso de informática em seu currículo deve ouvir primeiramente os pais dos alunos, para saber se eles concordam com a iniciativa. Mas, mesmo que se decida pela adoção da nova disciplina, o colégio não deve aumentar o valor da mensalidade.

Quando ao ensino público, o Ministério da Educação já está implantando esse ensino e equipando a rede oficial de todo o país com computadores, o que é uma tendência natural.

Senador atribui existência do artifício à criatividade do brasileiro, que dribla as dificuldades de crédito e as altas taxas de juros

Campos sugere legalizar os cheques pré-datados

Com o objetivo de legalizar o uso dos cheques pré-datados, já consagrado pela economia brasileira, o senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria, que altera o artigo 32 da Lei 7.357, passando a vedar a apresentação de cheques em data anterior à indicada como data de emissão. "Não podemos nos restringir aos limites da antiga lei dos cheques, que o caracte-



Campos: menos limites

riza como uma ordem de pagamento à vista", disse o parlamentar. Ele lembrou que, "sem o chamado pré-datado, nosso comércio provavelmente realizaria somente a metade de suas vendas atuais, gerando mais desemprego, menor arrecadação tributária, poucas vendas industriais e menor crescimento do PIB".

CRATIVIDADE

No entender do senador, a emissão de cheques para paga-

mento posterior a sua data de emissão representou "mais uma das contribuições da criatividade brasileira, pois seria impossível o desenvolvimento normal do comércio com crédito restrito e inadequado e taxas de juros absurdas, sem uma forma que permitisse a realização rápida de transações comerciais".

A inflação que dominava o país gerou a figura do cheque pré-datado, acrescentou Júlio Campos, como forma de as pessoas físicas e jurídicas contornarem a falta de mecanismos de crédito rápidos e de custo baixo no sistema financeiro nacional.

Simon elogia 30 anos da Universidade de Passo Fundo, no RS

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou, em discurso, a importância da Universidade de Passo Fundo (UPF), no Rio Grande do Sul, que este ano completa 30 anos de existência. "A universidade constitui, certamente, um marco de extraordinário sucesso para toda a região", disse Simon. Além do campus-sede, a UPF possui unidades em Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Soledade.

Todos os anos, a universidade oferece 3,5 mil vagas para estudantes do norte gaúcho em 39 cursos de graduação. A instituição mantém ainda 29 cursos de pós-graduação, voltados principalmente à capacitação dos docentes e à especialização de profissionais, e duas escolas de 2º grau, com cursos profissionalizantes.

O corpo docente, dos mais qualificados, é completado por uma estrutura de serviços sofisticada - informou Simon. - Aí está incluída uma Biblioteca Central, com acervo expressivo, variado e moderno, que dá acesso a consultas audiovisuais em CD-ROM e à Internet.

A UPF conta com 80 laboratórios em diferentes áreas. Uma rede de fibra ótica interliga todas as unidades da instituição. Simon deu especial importância ao Hospital Universitário, que atende ao norte do Rio Grande do Sul e ao oeste de Santa Catarina e Paraná.



Simon: caráter regional

As pesquisas da universidade são, segundo Simon, voltadas para as necessidades da região e os resultados das investigações realizadas por alunos e professores são publicados pela Editora Universitária. "A UPF é uma instituição que cresce em ritmo contínuo, sempre em função da comunidade regional", esclareceu o senador.

As atividades de extensão da universidade procuram ampliar as alternativas culturais do norte gaúcho. Simon citou o Programa Artístico Cultural e a Jornada Nacional de Literatura da UPF, "um programa de repercussão nacional e internacional, que cresce a cada edição, incentivando a valorização da leitura".

Nesses trinta anos, a instituição se notabilizou pelo extraordinário desenvolvimento e pela expressiva contribuição que deu não só à região como a todo o Rio Grande do Sul - afirmou Simon.

Odacir registra conquistas da Embrapa ao longo de 25 anos

Ao registrar o 25º aniversário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), transcorrido neste mês, o senador Odacir Soares (PTB-RO) manifestou a importância do órgão no desenvolvimento do sistema produtivo e da economia brasileira. Ele informou que, durante a comemoração, várias novidades foram apresentadas.

Uma das principais foi a assinatura de um convênio entre o Departamento de Agricultura americano (USDA) e

a Embrapa para a instalação de um laboratório virtual da empresa brasileira nos Estados Unidos - disse.

Odacir adiantou que o laboratório contará inicialmente com uma equipe de seis pesquisadores, e vai utilizar toda a infra-estrutura da USDA. Durante a solenidade, foi lançado um tipo de milho selecionado, destinado especialmente à agricultura



Odacir: importância

O destaque dos 25 anos foi a homenagem prestada a dois pesquisadores da empresa: Jesus Santiago Moura e Elêusio Curvelo Freire.

familiar. Também foi divulgado um processo para produzir snacks (tira-gosto) a partir de raspa de mandioca, uma máquina portátil para colher café, e duas variedades de manga e soja, além de livros e vídeos.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de uma nova revisão constitucional
- 8h - "Cidadania" - com o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e o consultor da Unicef, Mário Volpi - sobre o trabalho infantil
- 9h30 - Entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de uma nova revisão constitucional
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça (reapresentação)
- 12h15 - Entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de uma nova revisão constitucional
- 13h15 - "Cidadania" - com o senador Nabor Júnior

- (PMDB-AC) e o consultor da Unicef, Mário Volpi - sobre o trabalho infantil
- 14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
- 18h15 - Entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) sobre a proposta de uma nova revisão constitucional
- 19h - "Debate" - com o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal Lourival Dantas, sobre a industrialização do DF
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - "Mulheres em Debate" - entrevista com o psicanalista Leonor Bicalho, e a médica Maria Dilma Teodoro, sobre os sintomas e tratamentos da síndrome do pânico

- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala Cidadão"
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até às 7h30

A falta de recursos está imobilizando as administrações municipais, alerta senador, propondo, para sua recuperação, o mesmo tratamento dispensado à rolagem das dívidas dos estados

Patrocínio pede atenção aos municípios

A insuficiência de recursos é uma grande barreira para o desenvolvimento dos municípios, alertou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), ao pedir ao governo federal que dispense a eles o mesmo tratamento dado à rolagem da dívida dos estados. "A vida de cada cidadão decorre no município. É de lá que as necessidades e as aspirações de cada brasileiro se projetam e aguardam soluções concretas. Lá se desenvolvem as principais lideranças estudantis e comunitárias - embriões das futuras lideranças políticas", frisou o senador.

Para ele, as principais cau-



Patrocínio: barreira ao crescimento das da falta de recursos que imobiliza a administração municipal, considerando-se o período posterior a 1988, são a queda nas receitas dos municípios, especialmente no biênio

92/93; o aumento das taxas de juros, principalmente em 1994 e 1995; e a retomada do processo de endividamento municipal em 1995.

Carlos Patrocínio afirmou, também, que uma das causas da redução da capacidade de investimento das prefeituras foi a cultura política de criação de novos municípios, que se acentuou a partir da década de 70. "De 1.574 unidades municipais, o total saltou para 3.952. Em 90, para 4.491. Temos, hoje, 5.507 municípios instalados. São 5.507 prefeituras, com seu corpo de servidores; 5.507 câmaras municipais, com seus vereadores e funcioná-

rios, dividindo o mesmo bolo tributário", observou.

- Essa verdadeira linha de montagem de municípios, criados muitas vezes para atender a questões políticas, gerou despesas imensas para a nação. Além disso, com honrosas exceções, repetem-se nas novas prefeituras os mesmos vícios das administrações públicas anteriores: excesso de funcionários, inoperância no atendimento e outras deficiências por demais conhecidas. O resultado final, todos sabemos, é a incapacidade da máquina administrativa municipal para atender às carências mínimas da sociedade - comentou.



Flaviano cobra solução do banco

BB atende mal no Acre, diz Flaviano

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) fez um apelo ao presidente do Banco do Brasil no sentido de que sejam tomadas providências para que a instituição aumente sua capacidade de atendimento no Acre, visando suprir o aumento da demanda causado pelo fechamento do Banacre. Anunciado há vários meses, segundo o senador, o fechamento do Banacre transformou-se num "transtorno" para os seus mais de 60 mil correntistas, por falta de estrutura para o atendimento nas agências do BB no estado.

Segundo Flaviano Melo, os mais prejudicados são os servidores estaduais e municipais, além de aposentados e pensionistas, que sofrem com as "filas intermináveis" causadas pela incapacidade operacional do BB, que mantém agências somente em Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Brasília, em detrimento de mais 18 municípios. "O Banco do Brasil sabia de antemão que essa transferência de volume número de contas iria acarretar contratemplos, mas nenhuma providência foi tomada", enfatizou o senador.

Flaviano Melo informou que correntistas de Xapuri, Sena Madureira e Plácido de Castro, entre outros municípios do interior, estão recebendo seus salários nos quartéis da Polícia Militar ou em agências dos Correios, que não têm estrutura para essa finalidade. Dentre as providências necessárias, o senador sugere que seja aumentado imediatamente o quadro de funcionários do Banco do Brasil no Acre.

Mauro apóia ações para preservar rio Araguaia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a ida a Goiânia do ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, no próximo dia 5, para uma série de eventos ligados à preservação do rio Araguaia, cujas praias vêm sendo ameaçadas por diversas formas de degradação.

Segundo o senador, Krause vai aproveitar o Dia Mundial do Meio Ambiente para divulgar o engajamento do governo federal na elaboração do Plano Diretor da Bacia do Rio Araguaia e em várias outras ações sugeridas por setores preservacionistas. O plano, conforme explicou Mauro Miranda, permitirá um completo mapeamento dos recursos naturais e das fontes poluidoras existentes ao longo da maior e mais importante bacia hidrográfica do estado de Goiás.

Para Mauro, o problema que mais preocupa os ambientalistas envolvidos no programa de salvação do Araguaia é o aparecimento das chamadas voçorocas, grandes erosões que chegam a atingir o lençol freático. O senador afirmou que a região das nascentes, na



Mauro destaca mobilização

divisa de Goiás com Mato Grosso, já está sendo prejudicada por esse fenômeno, provocado pelas atividades predatórias do homem. Levantamentos feitos na região apontaram a existência de 17 voçorocas gigantes, a maior das quais com cinco quilômetros.

Mauro Miranda explicou que a degradação que vem atingindo as praias do Araguaia motivou "um movimento de salvação", envolvendo o Ministério Público, imprensa, meios universitários e políticos de todo o estado. Para o senador, é importante que esse movimento atinja a consciência da sociedade e altere os hábitos de exploração da terra.

Amin denuncia desvio de recursos em Santa Catarina

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) acusou o governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Evangelista Vieira (PMDB), de praticar irregularidades administrativas, o que estaria provocando falta de recursos públicos nos hospitais, escolas, estradas, segurança pública, habitação e em toda a área social do estado. Para o senador, a CPI dos Títulos Públicos demonstrou claramente que o governo de Santa Catarina "desviou recursos, cometeu graves irregularidades na gestão financeira e sonegou informações ao Senado Federal".

- Os recursos sociais foram desviados para pagar gordas comissões a grupos de estelionatários, e as despesas públicas legítimas e inadmissíveis, como salários de funcionários da área social, encontram-se atrasadas em Santa Catarina, num verdadeiro desrespeito à pessoa humana - afirmou.

Amin citou o caso do Centro Social Urbano Carlos Torinelli, no município de Rio do Sul, que atrasou o pagamento dos salários dos funcionários. "Trata-se de uma situação realmente dramática, muito séria, grave e que representa uma das pontas do imenso iceberg de injustiças, ile-

galidades e irregularidades administrativas cometidas pelo governador do estado", disse.

A maioria dos funcionários da entidade recebe baixos salários, segundo o senador, e, não tendo reservas financeiras nem poupanças para financiar suas despesas, "passam por humilhações e vexames, tendo que recorrer a empréstimos a juros escorchantes junto a agiotes para saldar seus compromissos pessoais urgentes e inadmissíveis".

A informação sobre a situação do Centro Social Urbano Carlos Torinelli foi enviada ao senador por ofício do gerente da entidade, Amauri Navarro Lins. O senador disse que os funcionários já estão até mesmo com dificuldades para comprar alimentos.



Amin critica atraso de salários